

Antonio Rodríguez Colmenero/Lidio Gasperini (eds.)

SAXA SCRIPTA

(INSCRIPCIONES EN ROCA)

Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre epigrafía rupestre

Santiago de Compostela y Norte de Portugal, 29 de junio a 4 de julio de 1992

(Anejos de Larouco, 2)



ISBN: 84-7492-791-9



EDICIONES DO CASTRO
SADA - A CORUÑA - 1995

PANORÂMICA E PROBLEMÁTICA GERAL DA EPIGRAFIA RUPESTRE EM PORTUGAL

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

No filme *Os Dez Mandamentos*, de Cecil B. de Mille, é no rochedo que Jeová grava — e dele depois destaca — os Seus mandamentos, de acordo com as Escrituras:

«Depois de o Senhor ter acabado de falar a Moisés no monte Sinai, entregou-lhe as duas tábuas do testemunho, tábuas de pedra, escritas com o dedo de Deus» (*Êxodo*, 31, 18).

Se o hábito de gravar se perde na noite dos tempos, o fascínio de gravar em penedias é-lhe, sem dúvida, anterior — basta ver o que nos traz a Pré-História, as (para nós) incompreensíveis sendas traçadas no solo rochoso de Nazca, no Perú (dir-se-ão, como alguém já sugeriu, pistas para astronautas...) ou as enigmáticas gravuras rupestres de Tassili, no Saará... E as «rochas baloiçantes»? (Cf., a título de exemplo, Vasconcelos 1897, 400-401)... E os oráculos que nas fendas das rochas se manifestam?... E não serão disso reflexo as alminhas que ainda hoje confortam as nossas encruzilhadas? (Vide Vasconcelos 1913, 595).

A força telúrica de que a escrita se impregna assim, com quem pede o favor de penetrar, de comungar — pelos sulcos gravados — no coração forte e eterno do devir. E a Natureza, em seus lugares recônditos e mais sublimes, sempre exerceu sobre o Homem uma atracção religiosa particular...

Abundam, no Antigo Testamento, as referências a cultos prestados em locais solitários, contra os quais amiúde Deus e os profetas se insurgem:

«Destruireis todos os lugares em que os povos por vós subjugados tiverem dado culto aos seus deuses, nas altas montanhas, nas colinas e ao pé das árvores copadas. Derrubai os seus altares, quebrai os seus monumentos, queimai os seus bosques sagrados e abatei as imagens dos seus deuses» — lê-se no *Deuteronomio* (12, 2-3).

«Oferecem sacrifícios nos cimos das montanhas, queimam ofertas nas colinas, debaixo dos carvalhos, dos choupos e dos terebintos, porque se sentem bem à sombra deles» — proclama Oseias (4, 13).

Vai no mesmo sentido a admoestação de S. Martinho, no seu *De Correctione Rusticorum* (cf. Vasconcelos 1913, 570):

«Como é que os que renunciaram ao Diabo voltaram ao culto diabólico? Que é senão isso o acender velas junto de penedos, árvores e fontes, e nas encruzilhadas?».

A sacralização dum sítio, veículo do sobrenatural, pela sua inacessibilidade, pela sua beleza e imponência.

Ontem, os cultos; hoje, outros cultos, outras preocupações, outras formas de deixar rasto. Como os pastores a matar a solidão, quando sonham alto atrás do chocalhar dos rebanhos, sobressaltado a espaços pelo ladrado episódico do cão-pastor. Que até há bem pouco o *transistor* era companhia por inventar, o Homem aí não era um cidadão do Mundo, como hoje é, a ter, mesmo na dobra mais recôndita da serra, a notícia, sobre a hora, do incêndio que se ateou, do avião que caiu, do comunicado urgente de um sindicato qualquer.

QUE TIPO DE INSCRIÇÕES?

De âmbito religioso serão, pois, as mais frequentes. Daí o seu hermetismo, o mistério que as envolve, porque só plenamente acessíveis aos iniciados, entre os quais — como é óbvio — se poderá ter estabelecido mesmo um certo conluio. Mas poderá haver também informações de carácter 'administrativo' (diríamos) e frases espontâneas, comparáveis aos grafitos.

Essas, por outro lado, as dificuldades intrínsecas que sempre envolvem a leitura e a interpretação deste tipo de epígrafes, a par das dificuldades extrínsecas derivadas da longa exposição aos agentes atmosféricos e à acção prolongada de fungos e de líquenes.

Preocupações com a paginação decerto nunca as houve. Ocupou-se a parede, a superfície mais adequada, o espaço disponível... sem se olhar à beleza do conjunto.

Quanto tempo terá demorado a gravação? É questão que se não põe, porque — para além da quase monótona sucessão dos dias e das noites — que outro tempo poderia pautar, então, o quotidiano existencial?...

E quem foram os autores dos escritos, os eventuais dedicantes? Anónimos, na sua maior parte. Agindo aqui em nome da comunidade, quiçá; actuando acolá a título meramente individual...

É na possibilidade que dá de uma reflexão conjunta sobre o tema que reside, em meu entender, o grande interesse deste colóquio. Se, na sua parte teórica, o objectivo é aprofundar o estudo mediante, inclusive, a comparação com exemplos semelhantes detectados noutros horizontes geográficos, a parte prática permitirá dar a conhecer o que existe e chamar para tal a atenção dos investigadores e do público. Que ele seja, de facto, frutuoso em todos os aspectos, são, pois, os meus votos mais sinceros.

Feita esta abordagem genérica dos problemas que envolvem o estudo da epigrafia rupestre peninsular, gostaria de, em traços muito largos, me referir a algumas das inscrições rupestres existentes no território actualmente português.

Boa parte delas são conhecidas de longa data; outras, só a perspicácia do epigrafista-arqueólogo as logrou recentemente identificar.

Vou pedir licença para ter em vista, de modo especial, os nossos prezados colegas italianos.

A minha tarefa está, como se sabe, amplamente facilitada, porque o Prof. Jorge de Alarcão recentemente publicou *Roman Portugal*, repositório de todos os vestígios da presença romana no território português de que lhe foi possível tomar conhecimento. A obra é bilingue (português e inglês) e está organizada em duas partes: um I volume, de síntese, que, além da versão inglesa, tem publicação autónoma em português; o segundo volume, de inventário (*Gazetteer*), tem texto em inglês e em português, está dividido em três fascículos e organizado segundo um critério geográfico: trata o I do Porto, Bragança e Viseu; o II, de Coimbra e Lisboa; finalmente, o III, da zona sul de Portugal: Évora, Lagos e Faro. Para o tema que nos prende só interessa o fascículo 1.

E talvez seja interessante também aqui fazermos uma breve reflexão.

É que, na verdade, em termos de epigrafia rupestre, Portugal detém nitidamente dois mundos: o Norte e o Centro-Sul. O Norte, com inscrições; o Centro-Sul desprovido delas. Porquê?

- Deficiência de pesquisa arqueológica, de prospecção de campo? Não o creio.
- Destruição sistemática de vestígios ainda porventura existentes? Também não.

Duas serão, em meu entender, as causas da assimetria. Causas naturais e causas históricas.

Causas naturais:

- O Norte, até à região de Viseu, é mais montanhoso, a Natureza impõe-se mais ao Homem nas suas florestas, nas suas vertentes alcantiladas, nas suas penedias. Sente-se mais perto a divindade, o olhar aqui e além abarca mais céu que horizonte firme, os lugares convidam mais ao isolamento, à comunhão com o Divino. Por outro lado, a necessidade de delimitar será maior, porque maiores serão as dificuldades de subsistência.
- O Sul, ao invés, é a peneplanície imensa, a perder de vista. Só rara penedia avulta e, mesmo assim, desnudada, sem mistério, de todo o lado se enxerga... É o convite, não ao isolamento, à comunhão com o Alto, mas à partilha com os outros, à vida urbana, no horizonte...

Daí, como consequência também, as causas históricas. O Norte manteve-se, ao tempo dos Romanos, mais fragmentado, os povos aí foram sempre mais ciosos das suas terras, dos seus movimentos, dos seus deuses. Era, aliás, nesse isolamento que se alicerçava a sua subsistência e radicava a sua resistência (refiram-se as guerras de Viriato), a sua autonomia. O Sul, esse, cedo se escancarou a influências estranhas; aí, de pronto ganharam raízes os hábitos romanos dum culto cidadão, de modo que mesmo um santuário campestre como o de Endovélico — que em torno de si congrega gentes das mais variadas origens e estatutos sociais diferenciados — mesmo esse vai assumir características claramente urbanas (passe o termo, à falta de outro melhor); e os ex-votos são aras, ámulas, estátuas; e templetes albergarão as oferendas mais nobres e valiosas.

É, pois, o Norte que nos interessa e esse iremos visitar. Não na sua totalidade, o que requereria muito mais tempo; mas nalguns dos seus pontos, neste âmbito, mais significativos. Será como o que o aguçar de apetite, o aperitivo para uma visita mais demorada.

Aperitivo será também — e espero que estimulante — o panorama (não exaustivo) que me propus apresentar-vos.

Aludirei, primeiro, aos locais claramente impregnados de religiosidade, os santuários; falarei, depois, dos outros textos que detêm — ou parecem deter — informações de índole jurídico-administrativa ou meramente informativa (i).

E, como se sabe, o conjunto mais importante e significativo, não só do ponto de vista epigráfico como arqueológico, é, sem dúvida, o tão conhecido santuário de Panóias, em Vale de Nogueiras, perto de Vila Real (cf. Tranoy 1981, 336-340, Alarcão, 1988 II-I, 21-23).

Foi classificado monumento nacional em 1910, ainda durante a Realeza (decreto de 16 de Junho), na sequência de amplo processo de divulgação da sua

real importância histórica. Tenho presentes, por exemplo, umas folhas de «O Panorama», «jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis», datadas de 1839, onde, a páginas 149-150 e 156, divulga o que de mais notório o Padre Argote escrevera, um século antes, sobre esta «antiga cidade», reproduzindo inclusive alguns dos seus desenhos. Isto mostra, de facto, o enorme interesse que estas ruínas sempre despertaram na opinião pública. A sua zona de protecção foi definida em 1951 («Diário do Governo», 2.ª série, n.º 189, de 16 de Agosto).

A visita a Panóias era, pois, imprescindível num colóquio como este e sobre ele detidamente nos falará, com todo o saber, o meu colega Prof. Ferreira da Silva, da Universidade de Porto, que, aliás, pormenorizadamente se debruçou de novo sobre o significado e interesse de Panóias, em 1986, no âmbito da sua tese de doutoramento acerca da chamada cultura «castreja» do Noroeste de Portugal (1986 289 e 300-301), um horizonte cultural que, brotando da Idade do Ferro, se deixou permear pela civilização romana e assumiu, por isso, cambiantes assaz diferenciados.

Conhecidos estão igualmente os textos — de índole religiosa também escritos numa língua que o saudoso Prof. António Tovar (1985) não hesitou em chamar de «lusitano». É possível que a nossa excursão da segunda parte do simpósio incluía pelo menos um no itinerário previsto (2). Sobre Lamas de Moledo, no concelho de Castro Daire — classificado como imóvel de interesse público pelo decreto n.º 39 175, de 17 de Abril de 1953 — falará o Dr. João Luís Vaz, que aproveitará o ensejo para se referir a dois outros textos votivos da mesma área: a dedicatória feita por Lucius Manlius, da tribo Aemilia, aos deuses Peinticis, num rochedo existente no Castro dos Três Rios, entre os actuais concelhos de Viseu e de Tondela; e a epígrafe relacionada, até ao momento, com um eventual teónimo indígena *Paisicaicus*, gravada num penedo perto de As Torres, na Serra do Caramulo (ela própria cada vez mais um bom manancial), no concelho de Vouzela.

E se, no caso de Lamas de Moledo — como, de resto, no de Cabeço das Fráguas e, já em território espanhol, na inscrição de Arroyo del Puerco — as questões linguísticas andam a par da problemática de índole religiosa, o texto de Castro dos Três Rios e, até, o de Vouzela revelam-se de aliciante alcance para o estudo do relacionamento entre a cultura romana e a cultura indígena, nomeadamente ao nível dos parâmetros das suas manifestações religiosas individuais e de grupo. Porque, ostensivamente se apresentando como cidadão romano, inscrito (para mais) numa tribo que não parece ser peninsular, Lúcio Mânlio toma a iniciativa de organizar todo um espaço de culto — rural — a favor de divindades locais. Uma

atitude que, se não é, como se sabe, ímpar no mundo romano, requer, de novo, a nossa reflexão mormente se a quisermos comparar com o que, nesse âmbito, se parece detectar no próprio santuário de Panóias, em que os elementos exteriores se fundem, sem convulsão, com outros aqui pré-existentes.

FONTE DO ÍDOLO

Comecemos, então, pela chamada Fonte do Ídolo.

Situa-se este monumento – que teremos oportunidade de visitar – em pleno coração da cidade de Braga, mais propriamente entre a Rua do Raio e a Avenida Marechal Gomes da Costa. O recinto foi classificado como monumento nacional por força dum decreto de 16 de Junho de 1910, tendo a sua zona de protecção sido fixada em 1970 («Diário do Governo», 2.ª série, n.º 105, 5-5-1970).

Jorge de Alarcão, sintetizando o muito que sobre o monumento se tem escrito, designa-o de «curioso santuário rupestre» e resume assim as suas características (1988, II-1, 11):

«Uma parede rochosa, da qual brota uma fonte, foi afeiçoada a picão. Encomendou a obra Celicus Fronto, natural de Arcobriga, que se fez representar no santuário numa edícula em cujo frontão se vêem um martelo e uma pomba. O martelo parece ser a insígnia de *Tongo Nabiagus*, e a pomba, de *Nabia* - as duas divindades adoradas no santuário».

Um dos últimos investigadores a debruçar-se sobre o significado do local foi Gerardo Pereira Menaut (1985) que dá conta da bibliografia anterior e transcreve as inscrições (CIL II 2419):

[CE]LICVS FRONTO	TONGOE	CELICVS
ARCOBRIGENSIS	NABIAGOI	FECIT
AMBIMOGIDVS (estátua)		FRONT(O)
FECIT		(uma edícula. Por cima, letras modernas)

O objectivo principal de Gerardo Pereira é confirmar a autenticidade do I final da forma teonímica NABIAGOI, em sua opinião uma forma de «dativo que já conhecíamos na inscrição de Lamas de Moledo e de que a forma paralela *Danceroi*, registada em recente revisão de CIL II 2476 – de que se falará mais adiante – constitui adequada comprovação.

Como afirma Gerardo Pereira, das três partes de que o texto se compõe só a

central tem problemas de interpretação; as outras duas «não oferecem dificuldades de leitura e desde há bastante tempo que têm sido bem interpretadas. Gerardo Pereira corrobora, como se disse, a autenticidade do I final (que Leite de Vasconcelos — 1905, 247-248 — enjeitara) e lê o dativo TONGOENABIAGOI, sublinhando a ideia — já comumente aceite — de que será efectivamente «nos teónimos, antropónimos e topónimos que as formas de flexão próprias das línguas indígenas se mantiveram durante mais tempo» (1985, 535).

Acerca do I é da mesma opinião Rodríguez Colmenero, prezado coordenador deste simpósio, na sua obra *Aquae Flaviae: I, Fontes Epigráficas*, publicada em 1987 pela Câmara Municipal de Chaves, um trabalho (ia a dizer) monumental e de referência obrigatória no âmbito do tema que nos ocupa. Rodríguez Colmenero alude em pormenor, a pp. 626-631, aos vários problemas que este «singular monumento» levanta. No entanto, é inteiramente diversa a sua hipótese de interpretação do conjunto:

«No local (...) existiria um santuário luso-romano dedicado a diversas divindades. Uma delas seria *Nabia*, deusa a que *Rufina* oferece um modesto ex-voto. Outra seria *Somastoreico*, a quem a *gentilitas* dos *Tongoenabiagoi* dedicaram [sic] um edículo com a representação antropomórfica da divindade, de perfil romano, dentro do mesmo, assim como os possíveis símbolos deste deus esculpidos no frontão. (...)

Finalmente, ao lado da figura barbuda com vestimenta indígena da esquerda, representação à moda indígena de outra divindade, estaria fixada à parede, segundo sugerem os furos antes descritos, uma lâmina de bronze ou pedra onde estaria escrito o nome do deus e os dedicantes, sem dúvida também os *Tongoenabiagoi*» (p. 630).

Perante estas considerações, a tese tradicional pode vir a cair por completo, ilustrando-se, assim, de modo cabal, o que atrás dizia acerca das inúmeras dificuldades de interpretação que, entre nós, as epígrafes rupestres apresentam.

Se me cingisse à interpretação (digamos) tradicional — na sequência das opiniões de Leite de Vasconcelos, Alain Tranoy, Gerardo Pereira e Jorge de Alarcão — poderia adiantar que — aceites, sem necessidade de discussão, os textos laterais — restará interrogarmo-nos sobre o chamado «composto impróprio» *Tongoenabiagoi*, assim designado por aparentemente sofrerem flexão as suas duas partes constituintes: *Tongoe* e *Nabiagoi*. Não irei aqui, por desnecessário, repetir miudamente o que publiquei em 1975 (286-288) e que, segundo parece, ainda se mantém actual. Aceita-se que *Tongoe* possa ser o paredro do teónimo *Toga* (muito provavelmente feminina) e relaciona-se *Nabiagoi* com a divindade *Nabia*, a que, aliás, no mesmo local, como se disse, se dedicou uma ara votiva (ILER 886).

Questões de linguística pré-romana a que se prende, como é natural, a questão de ordem histórico-cultural sobre o significado mais global do sítio: um «santuário» ligado — como quer Leite de Vasconcelos (1905, 239-265) — ao culto das águas, onde as gentes pré-romanas e romanas tradicionalmente acorreriam, que um dia alguém, por iniciativa ou devoção individual, se resolveu a tornar mais adequado às práticas religiosas locais? Escreve, a este propósito, Alain Tranoy:

«A proximidade duma zona de necrópole confere um significado ainda mais preciso a este monumento, que esteve porventura ligado simultaneamente a um culto de fecundidade e fertilidade e ao culto fúnebre. Acerca do eventual papel deste monumento, é curioso verificar o parentesco entre o tema da escultura do dedicante, originário da Lusitânia, que se faz representar dentro dum nicho, e as estelas funerárias de nicho e retrato de Mérida, a capital da Lusitânia» (1980, 78).

Mas, como já Leite de Vasconcelos assinalara no seu tempo, «difícil se torna saber se em volta do monumento (...) havia um recinto consagrado à divindade da fonte ou se todo o santuário se reduzia àquilo. Pelo menos é provável que sobre o rochedo e fonte houvesse um telhado. No terreno, em volta do monumento, aparecem efectivamente alguns restos antigos (cacos, etc.); mas ele tem sido muito revolvido, por ocasião dos trabalhos agrários, e seria preciso proceder a escavações metódicas, para se poder formar opinião (1905, 263). Tais escavações, que eu saiba, não chegaram a concretizar-se.

Cf. ainda Garcia 1991, 130 e 340-341.

MOGUEIRA

Situando-nos, ainda, no domínio dos santuários, é imponente — como decerto Vasco Mantas, que mais pormenorizadamente o deu a conhecer (1984), mostrará — a estação arqueológica de Mogueira, freguesia de S. Martinho de Mouros, concelho de Resende, já classificada oficialmente como imóvel de interesse público (decreto-lei n.º 29/84, de 25 de Junho).

«Castro romanizado onde parece existir um santuário: há um grande afloramento granítico cheio de entalhes e afeiçoamento a picão; numa fraga, uma inscrição consagrada a uma divindade indígena 'Cat[...]» — é a síntese de Jorge de Alarcão (1988 II-1 52).

O texto — datável, segundo Vasco Mantas, dos finais do século I da nossa era — é deveras complicado de ler na sua totalidade e, também, de interpretar. A possibilidade de estarmos perante o trecho de um poema não é despendianda.

Mas, de momento, sem uma aturada campanha de trabalhos arqueológicos e epigráficos no local, pouco ou nada mais se poderá adiantar.

CABEÇO DAS FRÁGUAS

Não dispomos, por enquanto, de elementos que nos esclareçam acerca da verdadeira integração ambiental da inscrição de Cabeço das Fráguas (Pousafoles do Bispo, concelho do Sabugal).

Em língua lusitana e caracteres latinos, gravado numa extensa laje granítica, o texto refere a oferta aí feita — não se sabe por quem nem em que circunstâncias — de um cordeiro à divindade indígena Trebopala; de um leitão a Laebo; de uma vitela (?) a Iccona Loimina; de um cordeiro de um ano a Trebaruna; e, finalmente, de um touro semental a Reva.

Local habitual de sacrifícios da população circunvizinha? Simples testemunho de alguém que, um dia, em cumprimento de promessa, ali se desobrigou?

Cf.: Alarcão 1988 II-1 66, Curado 1989, Garcia 1991 455.

SANFINS

No lugar de Corgo (Sanfins, Paços de Ferreira), no campo, «dentro de um pinhal, nas abas de um monte em que há um extenso castro, chamado por muitos Citânia de Eiriz» (Vasconcelos 1905 189), existe um rochedo alongado que detém, nas duas faces, uma inscrição interpretável como consagração religiosa. A abundância de nexos dificulta a sua interpretação, fez-nos inclusive duvidar da sua atribuição à época romana.

Segundo Alain Tranoy (1981 273), deverá ler-se, dum lado, MVNIDI FIDVENEARVM / HIC, traduzível por «À Múnis dos Fiduenas aqui» (como para indicar que é ali o sítio ideal para honrar esta divindade tutelar); do outro, estará escrito, ainda segundo Tranoy, COSVNEAE / F(*aciendum*)S(*olvit*?). *Cosunea*, relacionável com o deus *Cosus*, seria divindade assessora de Múnis.

A. C. Ferreira da Silva (1980 82-82) prefere, no entanto, juntar os dois textos e dar-lhes a seguinte interpretação: NVMIDI / COSVNEAE / FIDVENEARVM / HIC / L(*ibentes*) (?) / F(*idem*) (?) S(*olverunt*). A ordem das duas primeiras palavras pode ser também a inversa, em seu entender, e o significado da epígrafe seria o seguinte: «Aqui se cumpriram de boa vontade as promessas a *Cosunea*, divindade dos *Fiduenae*».

Cf.: Alarcão 1988 II-1 20, Garcia 1991 126-127 e 456.

MONTE DE CRISTELO

É de Argote (1734 II 463-464) que se recolheu a informação da existência de «letras romanas» gravadas em «penedos toscos» sitos no Monte de Cristelo (S. Veríssimo, Felgueiras).

Datada expressamente do ano 159 da nossa era (são mencionados os cônsules desse ano, Plautius Quintillius e M. Staius Priscus), foi considerada como dedicada à Juno de uma eventual população indígena, de nome por identificar (*Meirurnarum?*).

Cf.: Encarnação 1975 204-205, Garcia 1991 532.

CELORICO DA BEIRA

CIL II 424 encontra-se num bloco granítico junto às muralhas do lado sul do castelo de Celorico da Beira. Fernando Patrício Curado (1985 641-643) pôs a hipótese de aí se ler a consagração feita por um indígena a Múnis. O mau estado do suporte impossibilita uma opinião peremptória.

Cf. também Garcia 1991 339.

SABUGAL

Na «Fonte da Tigela» (Aldeia da Ponte, Sabugal), F. Patrício Curado (1987) leu e interpretou:

LANEANE / TANG(*inus?*). F(*ecit?*)

Tangino fez (esta fonte) a Laneana.

REMESEIROS

O penedo de Remeseiros (Vilar de Perdizes, Montalegre) já se insere num domínio perfeitamente administrativo, a darmos crédito à última versão apresentada por Dolores Dopíco Caínzos e Gerardo Pereira Menaut ao II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, Outubro de 1990), cujas actas deverão sair ainda este ano.

Sem nos determos em pormenores, designadamente de índole jurídica; sem entrarmos na polémica que poderá travar-se a partir da interpretação, bem diferente, apresentada por Rodríguez Colmenero (1987, 615 e seg.); remetendo

para a citada comunicação e, também, para AE 1981 527 — cumpre-me, neste momento, apenas dizer que, em síntese, Dolores Dopico e G. Pereira consideram que esta inscrição contém o rogo a uma divindade inominada (*deus adiutor*) para que ninguém usurpe a *Allius*, filho de *Reburrus*, o seu direito à posse da terra. A segunda parte do texto — muito «enigmática» — parece que poderá completar o conteúdo da solicitação, sob a forma provável de uma *defixio*.

TAROUQUELA

Junto ao leito do rio Douro, na freguesia de Tarouquela do concelho de Cinfães, ostentava um rochedo uma inscrição que foi, durante algum tempo, considerada ex-voto a uma divindade de eventual cariz aquático designada *Mirobieus*.

Já a logrei identificar no Museu Nacional de Arqueologia, onde detém o n.º E-3006-5211, e mantenho as reservas que apontei em 1975 (237): não é claro o carácter votivo do texto e estranho é, também, o seu significado. Se for correcto isolar o termo LOCO, estaremos mais uma vez perante a identificação dum local, cujas características sagradas ou de índole administrativa não é possível discernir.

Cfr.: Encarnação 1987 16 e 35 (fig. 10), Garcia 1991 338-339.

NUMÃO

Num afloramento granítico, em Numão, uma epígrafe documenta — na opinião de Fernando Patrício Curado (FE 48), que corrige CIL II 5028 — a construção de uma via por iniciativa de um povo, os *As(s)anianc(enses)*.

Cf. Alarcão 1988 II-1 51 fig. 105.

TEXTOS DE ÍNDOLE 'ADMINISTRATIVA'

Seja-me permitido que termine esta enumeração com a referência, sob a designação genérica de textos de índole «administrativa», a uma série de textos recentemente dados a conhecer ou reinterpretados por Rodríguez Colmenero.

- Em Cavallo dos Mouros, termo de Noval (Soutelo, Chaves) numa rocha de granito, de cronologia indeterminada (Rodríguez Colmenero 1987 n.º 469):

- No lugar das Andorinheiras (Vilar de Perdizes, Montalegre), num rochedo granítico, datável das primeiras décadas da segunda centúria (?):

Laterais: *Ripau(m)ḡ(gentilitatis) / Puac(um)*

Termo entre o território dos Ripaus e dos Puacos.

Parte superior: *T(erminus) / R(ipaum) (et) Puac(um)*

Termo entre o território dos Ripaus e dos Puacos.

Rodríguez Colmenero (1987 n.º 470) é de opinião que se pode deduzir daqui «que os pontos de referência para a delimitação de território eram as etnias».

- No lugar do Regueiral, Sanfins (Valpaços), numa rocha granítica que coroa um outeiro. «Talvez de finais do século I» (R. Colmenero 1987 n.º 471); «haec num antiqua sint nescimus» («Ephemeris Epigraphica» IX 275b).

Termin(us) Treb(ilium) / T(erminus) / Obili(um)

Termo dos Treburos (ou Trebílíos). Termo dos Obílíos.

Rodríguez Colmenero considera que este é mais um testemunho de arbitragens concretas resultantes de conflitos. Daí, a circunstância de se encontrarem tão poucos.

- Em Argeriz, Valpaços, sobre uma espécie de cartela existente num dos lados das pias escavadas no santuário rupestre conhecidas por Pias dos Mouros:

Apadau...?

«Significado jurídico ou religioso?» —pergunta Rodríguez Colmenero (1987 n.º 473).

- Na represa do rio Calvo, no lugar denominado Gândara-Carvalho, termo de Agordela (Tinhela, Valpaços), na rocha granítica, sinais de que «nem sequer sabemos se se trata de uma inscrição romana» (*o. c.*, n.º 476):

...blidi

- Em Cizadonha, Vassal (Valpaços), «contígua a uma fonte ou poça existente no lugar» está, numa grande rocha granítica, a seguinte inscrição, de cronologia tardia (século III ou IV) e «interpretação meramente hipotética» (o. c., 1987 ad., 189 e 190):

[*Puteus*] / ➤ (*gentis S(ulpicii) F(lavini) / frigidus*)

Poço de água fria da parentela de Sulpício (?) Flavino?

CONCLUSÕES

Completada esta fugaz panorâmica — que, insistimos, não pretendeu ser exaustiva nem trazer novas interpretações — uma primeira conclusão se impõe: são muito desiguais, no tamanho, na importância, na qualidade da gravação, os textos apresentados.

Parece-nos dominante a temática religiosa, na sequência aliás do que dizíamos a princípio. Mas a persistente batida de campo tem vindo a revelar modestos dizeres que podem, afinal, revestir-se do maior alcance histórico por nos facultarem preciosas informações acerca da ocupação do território. Algo de muito semelhante ao que ainda hoje existe espalhado um pouco por toda a parte por esses campos fora e que, devido ao seu carácter privado, só conhecido dos próprios, ainda agora se torna quase incompreensível para o leigo desgarrado, como está, do contexto em que tais siglas ou marcos viram a luz do dia.

Para além, portanto, das inerentes dificuldades de leitura e de interpretação — não vamos ter a veleidade de ver acabadas duma vez por todas as polémicas entre os vários investigadores —, põe-se também amiúde uma questão linguística, como no caso dos textos de Lamas de Moledo e Cabeço das Fráguas.

Quanto a perspectivas da futura investigação, afigura-se-me possível apontar, entre outras, as seguintes:

1. Um maior interesse pela determinação do enquadramento arqueológico e comunitário dos textos.

Ou seja, por outras palavras: para além do que está escrito, que significado se deve atribuir à existência *desta* inscrição *neste* sítio? A que necessidade tal atitude corresponde?

A realização de prospecções, sondagens e mesmo escavações arqueológicas será, pois, um dos meios a utilizar.

2. Uma maior campanha de sensibilização das populações.

Se devidamente salientada — por exemplo nos órgãos de comunicação social — a importância que detém a descoberta destas pedras com letras, estou em crer que — com a colaboração das autarquias e da população (os camponeses, os pastores, as crianças da escola...) — se enriquecerá a lista dos rochedos com letras antigas, com o consequente desenvolvimento científico que tais descobertas podem vir a facultar.

Hoje, com os novos métodos de trabalho, as novas técnicas de fotografia e de calque, é possível chegar mais longe. E tenho a certeza que, designadamente sobre a miúda organização e delimitação do território ao tempo dos Romanos, muito estará ainda por descobrir por essas fragas inóspitas.

Com António Nunes Monteiro dei a conhecer, recentemente, uma pedra existente em Santiago da Guarda (concelho de Ansião, distrito de Leiria) onde interpretámos os seguintes dizeres:

VE(ctigale) R(ei) P(ublicae) M(unicipii) VICINI

Desconheço, de momento, a existência de paralelos. Não se trata, de facto, de uma inscrição rupestre, mas podia sê-lo. O mais lógico, até, era aproveitar-se o penedo existente na extrema da propriedade para aí se gravar a informação de que ao município vizinho — e não àquele em cujo território se situava — ele estava obrigado a pagar tributo.

Quantas destas valiosíssimas informações não andarão perdidas aí por montes e vales?

3. Finalmente, a preservação e valorização.

Algumas das penedias que referi já estão devidamente classificadas e dispõem, como tal, de uma área de protecção. Mas a classificação não basta. Importa valorizar o sítio, limpá-lo amiúde das ervas que rapidamente crescem, vedá-lo para ficar mais resguardado das intrusões... Numa palavra, musealizá-lo, para que todos melhor possam dele usufruir e compreender o seu significado histórico.

E — numa época em que, de novo, farta do bulfício inquietante e extenuante e apressado da vida urbana, a população se volta para o campo — a epigrafia rupestre do tempo dos Romanos, porque ornada ainda do repousante virtuosismo ambiental que a viu nascer, está destinada a constituir, na verdade, um excelente pólo de atracção histórico-cultural.

Esses, os meus sinceros e esperançados votos.

NOTAS

- (1) Alguns dos dados que a seguir se apresentam foram corrigidos ou confirmados no decorrer do simpósio, designadamente com a observação e a troca de observações feitas *in loco*. Pareceu-me, porém, que seria mais correcto manter o texto na sua versão original, como testemunho, precisamente, duma fase da investigação anterior.
- (2) Não incluiu.

BIBLIOGRAFIA

AE = *L'Année Épigraphique*. Paris.

ALARCÃO, J. de, *Roman Portugal*, Warminster, 1988. Versão portuguesa do I volume: *O Domínio em Portugal*, Mem Martins, 1988.

ARGOTE (D. Jerónimo Contador de), *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Espanhas*, Lisboa, I 1732, II 1734, III 1744.

CIL II = HÜBNER (Emilio), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869 e 1892.

CURADO (F. Patrício), *Epigrafia das Beiras*, «Conimbriga» 18 1979 139-148.

CURADO (F. Patrício), *Inscrição rupestre de Numão (Vila Nova de Fozcôa)*, FE 11 1985 n.º 48.

CURADO (F. Patrício), *Inscrição rupestre de Aldeia da Ponte (Sabugal)*, FE 22 1987 n.º 99.

CURADO (F. Patrício), *As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do Cabeço das Fráguas, Pousafoles (Sabugal): duas teogonias, diferente etnogénese?*, «Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu», Viseu, 1989, 349-370.

DOPICO CAINZOS (D.) e PEREIRA MENAUT (Gerardo), *La gran inscripción de Remeseiros (CIL II 2476). Sobre la forma jurídica de tenencia de la tierra entre los indígenas bajo dominio romano*, «Actas do II Congresso Peninsular de Historia Antiga», Coimbra, 1993, 633-641.

ENCARNAÇÃO (José d'), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975.

ENCARNAÇÃO (José d'), *Divindades Indígenas da Lusitânia*, «Conimbriga» 26 1987 5-37.

FE = *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra.

GARCIA (José Manuel), *Religiões Antigas de Portugal*, Lisboa, 1991.

ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona, 1971 e 1972.

MANTAS (Vasco Gil), *A inscrição rupestre da estação luso-romana de Mogueira (Resende)*, «Revista de Guimarães» 94 1984 361-370.

PEREIRA MENAUT (Gerardo), *La inscripción del ídolo da Fonte, Braga (CIL II 2419)*, «Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae», Vitoria, 1985, 531-535.

RODRIGUEZ COLMENERO (Antonio), *Aquae Flaviae, I - Fontes Epigráficas*, Chaves, 1987. Há um segundo volume, de apêndice fotográfico e de «recentissima adenda epigráfica».

SILVA (Armando Coelho Ferreira da), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.

TOVAR (A.), *La inscripción del Cabeço das Fraguas y la lengua de los lusitanos*, «Actas del III Colóquio sobre Linguas y Culturas Paleohispanicas» (Lisboa, 5-8 Novembro 1980), Salamanca, 1985, 227-253.

TRANOY (Alain), *Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire romain*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», III, Guimarães, 1980, pp. 67-83.

TRANOY (Alain), *La Galice Romaine*, Paris, 1981.

VASCONCELOS (J. Leite de), *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, I 1897, II 1905, III 1913 (reimp.: Lisboa, I 1988, II e III 1989).